

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DEPARTAMENTO DE
COMPRAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS/SC**

Referente: Pregão Presencial nº 25/2020 – Processo nº 9173/2020.

1Doc Tecnologia S.A, inscrita sob CNPJ nº 19.625.833/0001-76, neste ato representada por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro ao “Alínea XVIII, do art. 4, da Lei nº 10.520/2002, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente do certame, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional, a recorrente e outras licitantes dele vieram participar. Contudo, o presente certame ocorreu de forma peculiar, conforme expomos.

No dia 03/08/2020 foi publicado nas ferramentas de monitoramento o edital o item abaixo:

SC			
Código	026154189	Edital:	25/2020
Modalidade	PREGAO PRESENCIAL	Data de Entrega	13/08/2020 00:00
Descrição Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA CESSAO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, DISPONIVEL EM AMBIENTE INTERNET PARA ACESSO PUBLICO, BEM COMO SEU TREINAMENTO E SUPORTE TECNICO, VISANDO PROTOCOLO, ANALISE E APROVAÇÃO DIGITAL DE PROCESSOS (ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, HABITE-SE, LOTEAMENTOS, ENTRE OUTROS).		
Licitante	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS - SC		
Contato	- (47)3369-2350 -		
Endereço	AV. VER MANOEL JOSE DOS SANTOS, 662		
Bairro	CENTRO		
Cidade	BOMBINHAS - SC		
Email	compras@bombinhas.sc.gov.br		
Site	www.bombinhas.sc.gov.br		
topo			

É fácil notar que a data do certame estava agendada para o dia 13/08/2020 e a Recorrente diligenciou à Prefeitura no dia 11/08/2020 para buscar o edital, que até tal data não havia sido disponibilizado eletronicamente no site da prefeitura!

Além disto, de forma diligente, a Recorrente realizou protocolo junto a administração, que até hoje não respondeu, conforme comprovação abaixo e anexo:

DADOS DO PROCESSO:			
Solicitação:	121 - SOLICITAÇÃO		
Unidade Entrada:	001.001.001 - Protocolo Central		
Usuário:	wallace Almeida oliveira		
Situação:	Em trâmite	Procedência: Interna	Prioridade: Normal
Protocolado em:	10/08/2020 17:15		
Súmula:	SOLICITO COPIA DO EDITAL REFERENTE AO PREGÃO N° 25/2020.		
Observação:			

Nesse sentido, somente no dia 14/08/2020 o edital é finalmente disponibilizado para a Recorrente, que solicitou esclarecimentos referentes ao edital no dia 24/08/2020, conforme abaixo e anexo:

De: Tamiris - Alfa Licitações [mailto:tamiris@alfalicitacoes.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 24 de agosto de 2020 15:38
Para: 'licitacao@bombinhas.sc.gov.br'
Assunto: Solicitação de Esclarecimento_Bombinhas_Pregão Nº 025/2020
Prioridade: Alta

Por óbvio, como se percebe da prática do Exmo. Órgão, novamente a Recorrente não recebeu qualquer retorno! Mesmo sem o retorno do questionamento a Recorrente concorreu e foi considerada vencedora do certame, conforme ata em anexo.

Após ser declarada vencedora, a Recorrente foi chamada para a prova de conceito, a qual foi inteiramente gravada e encontra-se disponível no link: <https://youtu.be/HrpGMRo7AEY>, na qual a 1Doc não deixou absolutamente **NENHUM item sem comprovação, inclusive, como as imagens atestam, TODOS os questionamentos foram feitos por empresa CONCORRENTE, em nenhum momento a comissão julgadora, que inclusive não se mostra pública no edital realizou questionamentos. Nesse sentido, sequer foi disponibilizado extrato de publicação no diário oficial que nomeou tal comissão.**

De qualquer forma, deixa-se claro abaixo os itens que foram "desclassificados" e a minutagem do próprio vídeo da apresentação (link acima) do mesmo junto à "comissão mista" de julgamento, **comprovando que a 1Doc não deveria ter sido inabilitada!**

validação dos usuários				
9.	Análise de Processos	Permitir gerenciar alterando o fluxo completo de um processo e seus documentos	Mandatório	<u>NÃO</u>

Minuto:

53:07 parte 01

54:33 parte 02

	Processos	processo e seus documentos		
10.	Análise de Processos	Permitir que o contribuinte inicie sub processos concomitantemente à entrada de dados quando ele julgar necessário (exemplo Quando da necessidade de realizar uma unificação de Lotes)	Mandatário	<u>NÃO</u>

Minuto: 59:22

		através de senha no sistema		
14.	Análise de Processos	Possibilitar troca de informações entre o analista da Entidade e o contribuinte, mantendo histórico inalterável das etapas e anexos. Apresentar campos específicos para solicitar informações, documentos e imagens, de forma que o contribuinte/profissional somente poderá enviar o tipo de arquivo solicitado.	Mandatário	<u>NÃO</u>
		Possibilitar a visualização		

Minuto:1:10:35

23.	Análise de Processos	Deve possibilitar que, automaticamente, o processo retorne ao analista quando o contribuinte corrigir os itens pontuados e anexar novos arquivos, adentrando em fila específica de reanálise	Mandatário	<u>NÃO</u>
-----	----------------------	--	------------	------------

Minuto:1:28:37

24.	Análise de Processos	Deverá ter Painel específico de análise aonde se concentrarão todos os documentos de forma organizada com a possibilidade de interação com os mesmos pelo analista, individualmente, através de comentários.	Mandatário	<u>NÃO</u>
-----	----------------------	--	------------	-------------------

Minuto:1:31:37

28.	Análise de Processos	Permitir a inclusão de data inicial e final referente a ausência de determinado analista da Entidade, evitando o envio automático de processos para o mesmo	Mandatário	<u>NÃO</u>
-----	----------------------	---	------------	-------------------

Minuto:1:52:28

É fácil notar que a todo instante os especialistas da 1Doc questionam para a "comissão mista" se ficou alguma dúvida e em NENHUM momento a Prefeitura se manifesta contrariamente. De forma ainda mais **peculiar**, ao final, questiona-se sobre a resposta do e-mail, onde é dito "que não sabe" a respeito do e-mail, mas é obrigado a localizar tal questionamento após a Recorrente informar o e-mail, data e hora do envio, conforme minutagem de 2h24min do vídeo do link .

É importante destacar que a 1Doc não é aventureira nesse processo, pois possui essa solução ESPECÍFICA, em diversos municípios em todo o Brasil, com destaque para:

- a - Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul - MS
- b - Prefeitura de Capão da Canoa - RS
- c - Prefeitura de Americana – SP

De qualquer forma, mesmo diante de todo o exposto, o Município de Bombinhas/SC, através da Secretaria Municipal da Administração, após emissão de

laudo da equipe técnica que reprovou o software da recorrente, em ordem da Comissão de Pregão, declarou que fica INABILITADA a empresa 1Doc – o que enseja o presente recurso, em razão de ilegalidade de tal inabilitação.

Complementando o tema, o PROFISSIONAL que atua na funcionalidade do serviço público e deve se ater na observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, princípios os quais são a tutela máxima da Administração pública, independentemente de seu nível hierárquico, conforme Artigo 4º da Lei nº 8.429/1992, nos termos que segue:

*Art. 4º Os **agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia** são obrigados a velar pela estrita **observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade** no trato dos assuntos que lhe são afetos. (grifei).*

Conforme relata Janaina Jacolina Moraes, no artigo denominado “Princípio da Eficiência na Administração Pública, o princípio da eficiência passa a integrar a legislação pátria com a edição da Emenda Constitucional nº 19, que atribuiu a Administração Pública e seus agentes a busca do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia primando pela rentabilidade social.

Ainda, aduz que a Eficiência é a capacidade de aptidão para obter um determinado efeito, força, eficácia, proveniente do latim *efficientia*. Para o conceituado Dicionário Aurélio, o termo eficiência significa ação, força virtude de produzir um efeito, eficácia. Já a vocábulo eficácia designa aquilo que produz o efeito desejado.

Para Di Pietro ¹ o princípio constitucional em questão é dirigido a toda Administração Pública, possuindo duas interpretações. A primeira está intrinsecamente ligada ao modo de atuação do agente público. Já a segunda interpretação, está relacionada diretamente com a maneira estrutural, organizacional e disciplinar da

¹ DI PIETRO, M.S.Z. Direito Administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Administração Pública, também com a finalidade de alcançar os melhores resultados na gestão pública, para que o bem comum seja alcançado da forma mais adequada.

De fato, a eficiência pressupõe a realização das atribuições com máxima presteza (rapidez e prontidão), com qualidade perfeita e de forma proficiente. A eficiência deve ser compreendida tanto qualitativa como quantitativamente. Ainda sob a égide constitucional o princípio da eficiência detém uma relação de intrinsecabilidade com o Direito do Consumidor, na medida em que a sociedade, através da prestação de serviços públicos, se caracteriza como usuária e consumidora destes, fazendo com que a eficiência seja um elemento indispensável no fornecimento dos bens e serviços pela Administração Pública. Destaque-se, também, que a busca pela eficiência na execução dos serviços públicos através de meios eficazes e capazes para a consecução do interesse social resulta na integridade do princípio constitucional da dignidade humana.

O princípio da eficiência possui o condão de gerar mudanças no comportamento funcional da Administração, o artigo 39, § 7º, da C.F/88, dispõe que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios disciplinarão a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

A eficiência diz respeito tanto à otimização dos meios quanto a qualidade do agir final. Segundo Mello (2005)² o administrador público está compelido a agir tendo como parâmetro o melhor resultado, estando atrelado ao princípio da proporcionalidade, o qual estará sujeito à aferição do controle jurisdicional. Como ratifica Modesto (2007)³, existem duas dimensões que se conferem ao princípio da eficiência, sendo elas a exigência da economicidade e avaliação de resultado as quais devem conviver com o controle de legalidade.

² MELLO, C.A.B. Curso de direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

³ MODESTO, P. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. Revista Interesse Público, Salvador, n. 2, 2001. Disponível em: . Acesso em: 19 set. 2007.

Cumpra ainda consignar que, ao agir à margem das regras técnicas do país a Administração Pública Municipal se divorcia do princípio da eficiência, segundo o qual a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Conforme a doutrina, “é impossível perscrutar o pensamento (do agente público), mas é possível, sim, aferir a boa (ou má) fé, pelas circunstâncias do caso concreto, por meio da observação de um feixe convergente de indícios”.⁴ Obviamente, tal agir indevido é submetido às sanções penais e cíveis, de forma a corrigir a conduta abusiva do servidor público.

II – DO PEDIDO

Diante o exposto requer-se:

- a) O recebimento das razões recursais dando-lhe efeito SUSPENSIVO, com base na certeza de prejuízo de difícil reparação e no periculum in mora, eis que apresentadas tempestivamente, sendo autuadas e processadas na forma da legislação vigente;
- b) Sejam analisados os argumentos expostos, decidindo-se pela reforma da decisão que inabilitou a Recorrente, de forma a decidir pela habilitação desta, tendo em vista ter sido licitamente a vencedora do certame;
- c) Caso não seja reconsiderada a decisão, que seja remetido este recurso administrativo para superior hierárquico para análise e decisão formal.
- d) Seja esta Recorrente devidamente informada acerca do julgamento do presente recurso administrativo.
- e) Seja esta Recorrente devidamente informada acerca da data e hora da Prova de Conceito a ser realizada pela outra licitante.

⁴ Sérgio Ferraz e Adilson Abreu Dallari. Processo Administrativo. São Paulo: malheiro, 2002, p. 81

Nestes Termos

P. Deferimento

Bombinhas/SC, 09 de setembro de 2020.

1Doc Tecnologia S.A

Jaison Niehues

Representante Legal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6316-7AF7-AD72-7BB7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JAISON NIEHUES (CPF 049.408.369-75), empresa 1DOC TECNOLOGIA S A (CNPJ 19.625.833/0001-76) em 09/09/2020 18:48:26 (GMT-03:00)

Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://1doc.1doc.com.br/verificacao/6316-7AF7-AD72-7BB7>